

Relato da Reunião do Fórum OCA – 12 de março de 2012

Presentes: Rafael (CT Brasília Norte), Aline (CT Paranoá), Renata (Lar da Criança Padre Cícero), Aurea (CT Taguatinga Sul), Manoel (CT Paranoá), Eduardo Chaves (Secretaria da Criança), Maria Sueli (comunidade do Cruzeiro), Riezo (PDIJ), Herlanes (SEDEST), Luiz Antônio (SEDEST), Marina (Coletivo da Cidade), André (Coletivo da Cidade), Fernanda (Coletivo da Cidade), Coracy (Aldeias Infantis SOS), Consuelo (PDIJ) e Valdemar (Casa de Ismael).

- **Análise do orçamento e mobilização em relação aos serviços de acolhimento institucional :**

A análise do orçamento destinado para os serviços de acolhimento institucional e também se estendeu para serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (atividades socioeducativas) teve como parâmetro o Quadro de Detalhamento de Despesa da Unidade Orçamentária: 17902 - Fundo de Assistência Social do Distrito Federal, mês de referência março, posição 12/03/2012 e a Resolução nº 20, de 18 de maio de 2010, do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal – CAS/DF, que dispõe sobre valores e pisos de proteção social de transição.

Os representantes da SEDEST que estiveram presentes informaram que a política destinada ao acolhimento institucional apresenta um déficit de R\$ 58 milhões, que deverá ser alocado em sua integralidade de forma progressiva até 2014. Segundo eles, o piso pago por criança ser aumentado, sendo que chegará ao ideal no último ano do atual mandato e seguirá as orientações do Sistema Únicos de Assistência Social – SUAS e levará em consideração o estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 2010 sobre a temática. A previsão de fechamento dos novos valores para 2013 deverá ocorrer no final de abril de 2012. Os valores para o ano de 2012 teriam sido apresentados no teto estabelecido, mas teriam ocorrido alterações na análise e votação da peça orçamentária na Câmara Legislativa.

Segundo representante de entidade de acolhimento institucional de crianças, o valor de R\$ 3.213,64 por vaga, conforme a Resolução nº. 20/2010 – Anexo II, não está sendo cumprido pelo GDF.

Foi destacado que os serviços de convivência para crianças e 0 a 6 anos e os serviços de convivência para crianças e adolescentes de 06 a 14 anos estão sendo sub-financiados, tendo em vista que o piso utilizado pelo anexo I da Resolução nº. 20/2010 seria até 31/08/2010. Os pisos que deveriam estar sendo pagos são: R\$ 278,05 contra os atuais R\$ 185, 13 ao primeiro serviço, e R\$ 496,94 contra os atuais 185,13 ao segundo serviço.

Foi verificado que até o presente momento os recursos destinados para os programas de erradicação do trabalho infantil não foram aplicados, seguindo uma tradição de baixa execução ou não reconhecimento pelo GDF da existência desse tipo de violação.

Frente a esta situação foram realizados os seguintes encaminhamentos:

1. A necessidade de estabelecer um método de exigência dos recursos mínimos para uma política de qualidade: 1. Articulação Política: o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDCA deve ser acionado para questionar e exigir do governo o cumprimento das responsabilidades orçamentárias com a política da infância e não apenas a priorização de mega-eventos como a Copa do Mundo de 2014; 2. Ação Jurídica: pensar a possibilidade de uma ação civil pública ou mesmo uma ação de improbidade administrativa como já está sendo pensada pelo Ministério Público; 3. Mobilização Social: o Fórum OCA mobilizar as organizações da sociedade civil para

exigir do governo uma proposta orçamentária adequada, fiscalizando a votação na Câmara Distrital para que não ocorra alterações que reduzam o montante.

2. Reunião do Fórum OCA com a SEDEST, em abril/maio de 2012, onde será apresentada a proposta orçamentária para 2013, já com os novos pisos, que serão submetidos a análise do CAS.

3. Realização de Audiência Pública sobre o OCA na Câmara Legislativa em maio/junho de 2012, tendo destaque para os serviços de acolhimento institucional e convivência e fortalecimento de vínculos.

4. Em abril de 2012, o Fórum OCA fará análise do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA, tendo em vista que apesar da captação de recursos junto à empresas e pessoas físicas, não está ocorrendo a liberação (má gestão ou burocracia?).

5. Será encaminhado ofício para o Governador solicitando crédito suplementar para a correção dos valores acima citados, conforme a Resolução nº. 20/2010 do CAS.

6. O aprofundamento da análise orçamentária no acompanhamento da execução e elaboração deve levar em conta: a demanda de acolhimento institucional e serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (CT e VIJ/PDIJ); a descentralização do ABRIRE e a atuação das entidades conveniadas e COSEs.

- **Grupo de Trabalho para acompanhar a execução do orçamento 2012:**

O grupo é composto por: Riezo (PDIJ), André (Coletivo da Cidade), Coracy (Aldeias Infantis SOS), Aline (CT Paranoá), Maria Sueli (Comunidade do Cruzeiro).

- **Grupo de Trabalho para acompanhar a elaboração do orçamento para 2013:**

O grupo é composto por Rafael (CT Brasília Norte), Eduardo (Secretaria da Criança), Maria da Guia (CT Paranoá), Áurea (CT Taguatinga Sul), Marina (Coletivo da Cidade).

Os dois primeiros pontos, a formação dos Grupos de Trabalho – GTs para acompanhar a execução e a elaboração do orçamento visam dar dinâmica para o Fórum OCA para além das reuniões ordinárias (mensais) ou extraordinárias.

Os GTs tem autonomia na realização das reuniões envolvendo seus membros e a forma para realizar sua atribuição, devendo a cada reunião informar como os trabalhos tem avançado. Eles deverão dialogar com as comissões de orçamento e finanças do CDAC e do CAS.

Os GTs são fundamentais para aprofundar o conhecimento sobre o orçamento e a partir do trabalho deles serão destacados os pontos a serem questionados em audiência pública.

Quem não esteve presente e quiser se incorporar aos GTs, basta procurar um dos participantes e se colocar à disposição.

- **Informes e outras definições:**

Orçamento Participativo: estão ocorrendo desde o dia 1º de março de 2012, Plenárias de Apresentação do Orçamento Participativo do Distrito Federal. Neste primeiro momento será apresentada a metodologia do OP/2012 e divulgado calendário das Plenárias de Base.

O Orçamento Participativo define prioridades orçamentárias, para apenas 1% dos recursos. Sabe-se que muitas das prioridades definidas não foram incluídas na LOA 2012. Segundo o governo, as propostas teriam sido contempladas, sendo incluídas no PPA 2012-2015.

O mecanismo de participação precisa ser melhorado, como mostra o exemplo ocorrido no Itapoã. Nesta Região Administrativa as prioridades definidas eram políticas de Creche e Saúde Mental, mas ao final foi definida como meta a construção de uma delegacia.

O Fórum OCA/DF entende o Orçamento Participativo como importante mecanismo de controle e participação das redes locais da população. Foi definido que será acompanhado o calendário proposto e orienta aos atores das redes locais de proteção da infância de participar como delegados. Ao final do processo de escolha, o Fórum OCA convidará os delegados para discutir a incidência no orçamento com prioridade aos direitos de crianças e adolescentes.

Prazo provável para reunião com os delegados: maio de 2012.

Mais informações: <http://www.orcamentoparticipativo.df.gov.br/>

Creches: Foi informado que existe um convênio do GDF com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/Governo Federal para a construção de creches padrão para os próximos 4 anos. Os recursos serão liberados quando ocorrer regularização do local a ser instalada a edificação.

Próxima Reunião: o tema a ser tratado será atenção ao usuário de substâncias entorpecentes. Previsão para o dia 26 de março de 2012, à confirmar.

Brasília, 18 de março de 2012.